



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

3º CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração nº 0278930-0/02
 Embargante: Estado de Pernambuco
 Procuradora: Cristina Câmara Wanderley Queiroz
 Embargado: Erly Mendonça do Nascimento
 Defensora Pública: Lúcia Helena de Freitas Barbosa
 Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior
 Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISSCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO MANIFESTAMENTE IMPERTINENTE E IMPROCEDENTE. ACLARATÓRIOS REJEITADOS À UNANIMIDADE.

1. A presente porfia prende-se ao fato da parte embargante afirmar ausência de pronunciamento expresso a respeito da ocorrência, ou não, de violação às normas do art. 2º, art. 5º, art. 37, caput e XXI, art. 196 e art. 198, caput e § 1º, todos da CF/88. Nada mais absurdo, uma vez que o voto de mérito de fls. 28/30v, que acolheu a decisão terminativa de fls. 52/57 dos autos do agravo de instrumento de nº 0265563-4, foi recepcionado no acórdão unânime de fls. 26/26v, e tratou de todo o inconformismo acima apontado, uma vez que não deixou de elucidar questões como: a não violação do princípio da separação dos poderes e da reserva do possível (art. 2º, art. 196 e § 1º do art. 198 da CF/88); e de que é dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente os medicamentos de que necessita, consoante Súmula 18 do TJPE, sem que tal obrigação imposta ao Estado venha a configurar violação ao que disciplina o art. 5º da mesma Carta de Princípios, entre outras questões.

2. De outra partida, dos autos extrai-se, considerados os fatos expressos, a certeza plena de estarmos diante de hipótese que permite a subsunção da súmula 18 do TJPE.

3. Via de conseqüência é imperioso ratificar que a obrigação dos entes públicos com relação à prestação de serviços de saúde pública, aí incluído o fornecimento de medicamentos essenciais, é comum, podendo ser demandada qualquer das esferas de governo, consoante inteligência do § 1º do art. 198 da CF/88¹. Com efeito, ante a competência comum estabelecida na Carta Magna entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no que concerne à saúde do cidadão, pode o prejudicado exercer o seu direito contra quaisquer dos responsáveis, em conjunto ou separadamente.

¹ "Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: (...)

§ 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes. (Parágrafo único renumerado para § 1º pela Emenda Constitucional nº 29, de 2000)



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

4. Outrossim, reafirme-se, a Lei 8.080/90, art. 7º, XI², determina a conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de assistência à saúde da população.

5. Na hipótese, é possível concluir que o embargante pretende um novo julgamento da matéria de fato ou prequestionar a matéria para eventuais recursos às Cortes Superiores.

6. A toda evidência, tais alegações não preenchem nenhum dos pré-requisitos dos embargos declaratórios, eis que não se trata de omissão, nem de contradição e nem de obscuridade.

7. Desta forma, é cediço que, incorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade e/ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo foi o de reformar o *decisum contido no Agravo de Instrumento acima citado*, o que é inviável de ser revisado em sede de Embargos de Declaração, dentro dos estreitos contornos previsto no art. 535 do CPC.

8. Para ratificar tal entendimento, colaciono julgado proferido no **STJ** neste sentido: (EDcl. no Resp775241/SP; Embargos de Declaração no Recurso Especial 2005/0139167-7; Relator: Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, D. J. 25/10/05).

9. Cabe esclarecer que, ante a inoccorrência de quaisquer dos vícios que ensejem a interposição dos aclaratórios, mesmo havendo o requerimento de prequestionamento explícito da matéria, os embargos não merecem ser acolhidos, sob pena de contrariar o disposto no art. 535 do CPC, é este inclusive o posicionamento desta Corte de Justiça. (EDcl. 113140-6/01, Relator Santiago Reis, 2º Câmara Cível, Data da Publicação: 07/06/2005). (Edcl. 45721-6/01, Relator Fernando Cerqueira, 7º Câmara Cível, Data do Julgamento: 21/11/2006)."

10. Ratificando o entendimento de que os embargos declaratórios não constituem o meio idôneo a elucidar seqüência de indagações acerca de pontos de fato; e nem se prestam para ver reexaminada a matéria de mérito, ou tampouco para a aplicação de dispositivo legal ou ainda para obrigar a Terceira Câmara de Direito Público deste TJPE a renovar o acórdão em tela.

11. Assim também, preservando e reforçando a posição de que mesmo nos casos de prequestionamento, os aclaratórios devem ser embasados em hipótese de omissão, contradição ou obscuridade, o que não se verifica no

² Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios: (...)

XI - conjugação dos recursos financeiros, tecnológicos, materiais e humanos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na prestação de serviços de assistência à saúde da população; (...)



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

caso em tela, também não deve prosperar a presente insurgência por meio de agravo legal.

12. À unanimidade de votos, foram conhecidos, porém REJEITADOS os Embargos de Declaração.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração de nº 0278930-0/02, em que figuram como parte embargante ESTADO DE PERNAMBUCO e como parte embargada ERLY MENDONÇA DO NASCIMENTO

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da 3ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em conhecer, porém, REJEITAR os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos, na conformidade do voto do Relator, que devidamente revisto e rubricado, passa a integrar este julgado.

Recife, de de 2014.


Des. Antenor Cardoso Soares Junior
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

3ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Embargos de Declaração nº 0278930-0/02
 Embargante: Estado de Pernambuco
 Procuradora: Cristina Câmara Wanderley Queiroz
 Embargado: Erly Mendonça do Nascimento
 Defensora Pública: Lúcia Helena de Freitas Barbosa
 Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração propostos com fulcro no art. 535, II e seguintes do CPC, visando, mesmo que de forma não explícita, prequestionamento de suposto "error in procedendo", mais precisamente para corrigir suposta omissão no acórdão de fls. 19/20 (que julgou controvérsia referente a fornecimento de medicamentos), proferido pela 3ª Câmara de Direito Público, e constante nos autos do AGRAVO LEGAL nº 0278930-0/01.

O Embargante, em suas razões de embargo, às fls. 02/03, volta tratando de matéria já discutida e julgada nos autos do recurso de agravo legal acima já enumerado.

Ao final requereu o conhecimento e provimento dos embargos de declaração, com o fito de sanar a suposta omissão apontada, com o fito de que sejam produzidos efeitos modificativos, reformando-se a decisão embargada, e assim conferindo efeitos infringentes aos embargos para "redefinir os contornos da liminar perseguida" e por via de consequência dar provimento, mesmo que parcial, ao recurso de agravo legal acima enumerado e por reflexo ao agravo de instrumento de nº 0278930-0.

Eis o relatório.

VOTO

Verifica esta Relatoria que o Acórdão ora atacado pelos Embargos Declaratórios não se encontra eivado de nenhum dos vícios ensejadores da oposição de embargos, uma vez que a alegada omissão trata-se na verdade de um inconformismo com o teor da decisão proferida nos autos do AGRAVO LEGAL de nº 0278930-0/01.

Isto porque, conforme ressaltado no Acórdão ora contrariado, que ratificou os termos da Decisão Terminativa de fls. 37/40, dos autos do Agravo de Instrumento de nº 0278930-0, a responsabilidade do Estado de Pernambuco e de sua Administração Indireta, quanto ao fornecimento de medicamentos, está disciplinada no art. 6º, inciso I, alínea "d", e no art. 7º, inciso II, ambos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em conformidade ao que dispõe o art. 196 e ss. da Constituição Federal de 1988, devendo, por via de consequência, e diante de tamanha responsabilidade, envidar esforços de organização para, preventivamente e/ou de forma tempestiva, prestar este serviço relevante de oferta de medicamentos aos seus administrados necessitados, no momento que requisitados.

Destarte, no caso em exame, entende esta Relatoria que não merece guarida a pretensão do Estado embargante, na medida em que a multa inibitória já



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

mereceu reiterada análise, tanto no momento de julgamento do agravo de instrumento nº 0278930-0, como no julgamento do agravo legal nº 0278930-0/01, ao reconhecer e ratificar que: "(...) no caso sub judice, existem elementos fáticos e normativos que comprovam que a decisão agravada não representa grave lesão aos interesses da parte agravante" (fls. 38 dos autos do agravo de instrumento nº 0278930-0), leia-se, o Estado de Pernambuco.

Logo, temos que a multa em comento está claramente disciplinada no art. 461, não devendo mais ser objeto de controvérsia a sua aplicabilidade, servindo esta, como bem observou o Julgador Singular, como meio de coação para o cumprimento das obrigações de fazer, não-fazer e entregar coisa imposta.

Não é demais lembrar que a multa intimidatória, como o próprio nome evidencia, serve como meio indireto de coação, a infundir psicologicamente influência sobre a vontade do devedor ou do seu representante legal, no sentido de convencê-lo a prestar aquilo que lhe é exigido, servindo como instrumento processual necessário para a prestação de uma tutela inibitória efetiva e adequada.

Assim, a fixação de multa com caráter inibitório é medida atualmente consagrada pelo direito processual positivo e, ademais, decorrência lógica e natural da natureza instrumental do processo civil moderno.

A possibilidade de seu arbitramento em casos semelhantes é consagrada na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme julgado transcrito a seguir:

ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. FIXAÇÃO DE MULTA. POSSIBILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA TRIBUNAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ.
1. Cuida-se, originariamente, de agravo de instrumento contra decisão do juízo de primeira instância que estipulou multa diária no valor de R\$ 500,00, caso a União descumpra obrigação de fazer a que foi condenada.
2. É cabível, mesmo contra a Fazenda Pública, a cominação de multa diária - astreintes - como meio coercitivo para cumprimento de obrigação de fazer (fungível ou infungível) ou entrega de coisa.
Precedentes do STJ.
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg no Ag 1352318/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/02/2011, DJe 25/02/2011)

No que concerne à alegada falta de razoabilidade na fixação do valor da multa diária, melhor sorte não assiste ao embargante/recorrente, tendo em vista que a mesma não se mostra excessiva para o caso em exame, posto que a referida penalidade foi estipulada com o intuito de fazer cumprir provimento judicial e coibir o retardo injustificado da execução do julgado, tudo em defesa do bem maior da vida humana, em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, valores estes que nem sempre são levados em consideração pelos que administram o Estado.

As astreintes ou multa intimidatória, como meio de coação ao cumprimento da obrigação, deve ser fixada a fim de compeli-lo ao cumprimento da determinação judicial. Os critérios utilizados para a sua fixação levaram em consideração a natureza da ação e a urgência da medida, atendendo ao disposto



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

nos arts. 287 e 461, § 5º, ambos do CPC, no que condiz com o valor diário de R\$ 1.000,00 (um mil reais). Destarte, deve ser mantido o montante expressivo em decorrência natural da sua finalidade constritiva, e diante da dura resistência da parte embargante em não querer respeitar a decisão judicial proferida.

Após tais considerações, conclui esta Relatoria que não há qualquer omissão a ser sanada, *in casu*.

Desta forma, é cediço que, incorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade e/ou erro material, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a pretensão de reformar o *decisum* contido no recurso de agravo legal acima citado, o que é inviável de ser revisado em sede de Embargos de Declaração, dentro dos estreitos contornos previsto no art. 535 do CPC.

Para ratificar tal entendimento, colaciono julgado proferido no **STJ** neste sentido: (EDcl. no Resp775241/SP; Embargos de Declaração no Recurso Especial 2005/0139167-7; Relator: Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, D. J. 25/10/05).

Portanto, não assiste razão ao recorrente, haja vista os fundamentos esposados serem insuficientes para modificar a decisão ora contrariada, uma vez que a recorrente insiste, por meio de artifícios lingüísticos, em alterar a realidade fática e a aplicação precisa da norma ao caso, e isto diante de circunstâncias que autoriza esta Relatoria afirmar que a matéria controvertida encontra-se sedimentada pela jurisprudência deste Tribunal de Justiça de Pernambuco. Desta feita, para evitar repetição de argumentos, mantenho o acórdão proferido, por seus próprios fundamentos, razão pela qual faço remissão, para que faça parte integrante da presente decisão (fls. 26/26v dos autos do Agravo Legal de nº 0265563-4/01):

XX

Diante de todo exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao recurso, para que seja mantido o acórdão prolatado no bojo do Agravo Legal supramencionado:

É como voto.

Recife, de _____ de 2014.

Des. Antenor Cardoso Soares Junior
 Relator